

SIMPÓSIO AT031

A REPRESENTAÇÃO DA PROFESSORA EM "A NORMALISTA" (1895)

OLIVEIRA, Marina Rodrigues de
Universidade Federal do Tocantins
marina.oliveira@ifto.edu.br

Resumo

A Literatura Brasileira, durante o século XIX, será profícua tanto no tocante à produção de obras, quanto ao rol de escritores que se destacarão, a exemplo de Machado de Assis, José de Alencar, Gonçalves Dias, Bernardo Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo, Castro Alves, dentre outros. Neste cenário, e com importância análoga aos anteriormente citados, está também inserido o romance **A normalista**, escrito por Adolfo Caminha, em 1895, cujo enredo aborda a história de Maria do Carmo, uma jovem estudante normalista, tutelada por seus padrinhos, em meio ao contexto educacional brasileiro do fim do século XIX. A obra abarca, assim, não apenas a questão da representação de gênero mas, também, como esta temática se insere em meio a uma série de mudanças no contexto político, econômico e educacional vigente após a promulgação da Lei Áurea, em 1888. Para abordar estes aspectos, serão contemplados, neste trabalho, tanto os estudos da área da História da Educação - Mario Alighiero Manacorda (2010), Dermeval Saviani (2013), Guacira Lopes Louro (2015), Heloísa de O. S. Vilela (2016), Luciano Mendes de Faria Filho (2016) - , como também da Crítica Literária - Regina Zilberman (2004), Angela Maria Rubel Fanini e Gabrielle Mendes (2014), Massaud Moisés (2016) - .

Palavras-chave: Representação; Gênero; Adolfo Caminha.

Abstract

The Brazilian literature, in XIXth century, will be useful in the publication of many novels as well as in the great number of writers, like Machado de Assis, José de Alencar, Gonçalves Dias, Bernardo Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo and Castro Alves. Inserted in this moment, the novel **A normalista**, written by Adolfo Caminha, in 1895, approaches the history of Maria do Carmo, an young student, who is tutelaried by her godparents in the end of XIXth century. The novel shows not only the gender representation but also how this theme is inserted in the contexto of many political, economical and educational changes, after the end of slavery, in 1888. To approach these subjects, we will use, in this work, studies published in the Educational History – Mario Alighiero Manacorda (2010), Dermeval Saviani (2013), Guacira Lopes Louro (2015), Heloísa de O. S. Vilela (2016), Luciano Mendes de Faria Filho (2016) – and also in the Literature Criticism area – Regina Zilberman (2004), Angela Maria Rubel Fanini e Gabrielle Mendes (2014), Massaud Moisés (2016) - .

Key-words: Representation; Gender; Adolfo Caminha.

O Realismo-Naturalismo foi um movimento literário que, no Brasil, por meio de suas obras, passou a abordar, sob uma perspectiva mais crítica que o

Romantismo, a vida social do país, trazendo, para os romances, contos, crônicas e demais gêneros, questões como o casamento por convivência econômica, a escravidão, o adultério, a crítica ao clero, o homoerotismo, dentre outras.

Em meio a uma transição secular, a obra **A Normalista (1895)**, de Adolfo Caminha, trará a temática da vida escolar e da carreira docente, através da personagem Maria do Carmo, cuja trajetória de vida inclui aspectos como a orfandade, dependência financeira de terceiros – os padrinhos –, trazendo uma visão bastante crítica quanto ao exercício do magistério:

(...)

- E tu, como passas a nova vida?

- Perfeitamente. Desejava antes morar na cidade, mas o Loureiro é muito impertinente, diz que prefere isto – paciência.

(...) É verdade, precisas vir passar uns dias comigo, estás muito magra; o ar aqui é melhor que na cidade. Tens ido à Escola?

- A Escola qual! Passei oito dias em casa, como uma freira, sem ir a parte alguma. Creio que não irei mais *àquilo*.

- Eu, no teu caso, faria o mesmo. Agora então, que estou casada, olha...

Fez um gesto com as mãos.

- ... bananas, não estou para suportar desaforos d'aquela canalha. Porque tudo aquilo é uma canalha, menina. Fazes muito bem não pondo os pés naquela feira de reputações. As raparigas ali aprendem a ser falsas e imorais. Conheço muito o tal Sr. Berredo, o tal Sr. Padre Lima e mais os outros todos. O próprio diretor... eu cá sei... (CAMINHA, 2011, p. 146)

O trecho acima dá-se em momento da narrativa no qual Maria do Carmo, ao descobrir que está grávida do seu padrinho, em decorrência de um estupro, vai à casa da amiga recém-casada e ex-colega de classe, Lídia. Percebe-se, na última fala desta personagem, uma dupla percepção acerca do ambiente escolar e das próprias normalistas que o frequentam: em primeiro lugar, que a mulher só deveria se dedicar aos estudos e / ou a uma possível carreira docente enquanto fosse solteira; em segundo lugar, que a Escola Normal, bem como as suas estudantes, ao contrário da imagem que se idealizava e era passada à opinião pública, não tinha caráter probo, estando sujeita a toda sorte de más condutas.

O que Azevedo assinala encontra-se em consonância com as visões e momentos históricos pelos quais o magistério e aqueles que o exerciam passavam, no contexto brasileiro do século XIX. Segundo os trabalhos de Saviani (2013), Guacira Lopes Louro (2015), Heloísa de O. S. Vilela (2016) e

Luciano Mendes de Faria Filho (2016), o referido período histórico será marcado por um conjunto de leis, dentre as quais se destacou a Lei Geral do Ensino, de 1827, que regulamentou as diretrizes do ensino no país – tanto no tocante às instituições públicas, quanto às particulares, pertencendo estas a ordens religiosa ou empresários, a exemplo do Barão de Macahubas, fundador do Colégio Abílio, que serviu, posteriormente, como inspiração literária para Raul Pompeia escrever **O Ateneu**, em 1888 –:

Essa primeira lei de educação do Brasil independente não deixava de estar em sintonia com o espírito da época. Tratava ela de difundir as luzes garantindo, em todos os povoados, o acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância. O modesto documento legal aprovado pelo Parlamento brasileiro contemplava os elementos que vieram a ser consagrados como o conteúdo curricular fundamental da escola primária: leitura, escrita, gramática da língua nacional, as quatro operações de aritmética, noções de geometria, ainda que tenham ficado de fora as noções elementares de ciências naturais e das ciências da sociedade (história e geografia). Dada a peculiaridade da nova nação, que ainda admitia a Igreja Católica como religião oficial e estava empenhada em conciliar as novas ideias com a tradição, entende-se o acréscimo dos princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica no currículo proposto. (SAVIANI, 2013, p. 127-8).

Outro benefício da Lei Geral do Ensino de 1827 foi regulamentar as Escolas Normais como instituições formadoras de profissionais para atuar na docência, nas séries iniciais, em substituição aos antigos mestres- escolas – profissionais que, sem a devida formação profissional, cumpriam o papel em questão –, assegurando uma maior estabilidade à carreira daqueles que ingressavam no magistério. É importante ressaltar que tal iniciativa insere-se em um movimento que buscava alfabetizar o maior número possível de crianças – excluindo as que se encontravam em condições de escravidão ou forras –, a fim de evitar que aquelas pertencentes às classes mais baixas da sociedade viessem a praticar, já em tenra idade, atividades criminosas.

Adotando tais medidas, o Brasil estaria entrando em consonância com os movimentos europeus de reorganização e sistematização escolar. Estes, no contexto daquele continente, no fim do século XIX, conforme afirma Manacorda (2010), propiciaram a divulgação de ideias de estudiosos como Comenius, Froebel, Dom Bosco, Jean-Henri Pestalozzi e Helena Raffalovich. Adolfo

Caminha, em **A Normalista** (2011, p. 71), embora mostre a influência do chamado método intuitivo – conceito preconizado por Pestalozzi que, dentre suas ideias, destacava a necessidade da concretude de objetos, em sala de aula, para a melhor aprendizagem discente – através de uma rica descrição de um ambiente escolar repleto de recursos didáticos, ainda assinala um ensino preso às nomenclaturas e de natureza conteudista:

(...)

A sala era bastante larga para comportar outras tantas discípulas, com janelas para a rua e para os terrenos devolutos, muito ventilada. Era ali que funcionavam as aulas de ciências físicas e naturais, em horas diferentes das de geografia. Não se via um só mapa, uma só carta geográfica nas paredes, onde punham sombras escuras pelas de animais selvagens colocadas por cima de vidraças que guardavam, intactos, aparelhos de química e física, redomas de vidro bojudas e reluzentes, velhas máquinas pneumáticas nunca servidas, pilhas elétricas de Bunsen, incompletas, sem amálgamas de zinco, os condutos pendentes num abandono glacial; coleções de minerais, numerados, em caixinhas, no fundo da sala, em prateleiras volantes... Nenhum indício, porém, de esfera terrestre.

O professor pediu um compêndio que folheou de relance. Qual era a lição? A Oceania? Pois bem...

- Diga-me, senhora D. Maria do Carmo: a Oceania é ilha ou continente?

Novamente, Caminha, como engenhoso narrador, mostra, ao leitor, por meio deste ensino ainda puramente conteudista, um outro aspecto subjacente, porém não menos importante: a descrição de um ambiente onde a infinidade de recursos didáticos encontra-se abandonada, mostrando, desta forma, o quão a questão do ensino dos conteúdos escolares ainda encontrava-se atrelada à do gênero, aspecto estudo por Guacira Lopes Louro (2015) e aprofundado por Luciano Mendes de Faria Filho (2016, p. 136): ambos os autores afirmam que disciplinas como matemática e geometria eram vistas de modo superficial, especialmente nas escolas normais, restringindo-se aos conceitos elementares, enquanto outras, como química, física e demais ciências naturais sequer eram abordadas, tanto devido ao fato de não constarem no conteúdo programático como, ainda, pela pressuposta incapacidade cognitiva feminina em aprendê-las, perspectiva esta, aliás, que chegou a estar presente em discursos dos políticos da época, a exemplo do senador Visconde de Cayru e do Marquês de Caravella,

quando ambos afirmam a superioridade masculina de aprendizagem formal e comparam a limitação da mente feminina, neste quesito, à infantil.

Diante do que foi até aqui exposto, é necessário fazer, para além dos pontos supracitados, uma explanação do romance **A Normalista**, recorrendo aos estudos críticos literários de Nelson Werneck Sodré (1965), Angela Maria Rubel Fanini (2003), Regina Zilberman (2004), Angela Maria Rubel Fanini e Gabrielle Mendes (2014) e Massaud Moisés (2016), cujas análises irão se centrar, predominantemente, na personagem principal da obra em questão, Maria do Carmo.

Sodré (1965), em **O Naturalismo no Brasil**, afirma que Adolfo Caminha manteve-se fiel aos preceitos da escola naturalista, porém não adentra aos aspectos políticos-sociais que circundaram a produção de **A Normalista**, perspectiva esta a ser adotada por Fanini (2003) e Fanini & Mendes (2014), assim como Zilberman (2004).

Fanini (2003) e Fanini & Mendes (2014) destacam a desvalorização do trabalho docente que provoca, na personagem principal, um ciclo de dependência financeira e sexual, na relação incestuosa de Maria do Carmo com seu padrinho, João da Mata. As estudiosas tecem duras críticas ao final do romance aqui em análise:

(...)

Não podemos deixar de questionar o enlace fantasioso que se constitui ao final da narrativa. Toda sua linguagem é construída de forma a percebemos a crueza e a hipocrisia das relações sociais e a quase levandade de uma moça normalista. Todavia, o que ocorre é uma mudança brusca no comportamento de Maria do Carmo quando tem um filho. Um traço curioso é que mesmo grávida, e sem o pai do seu filho declarado, ela não é estigmatizada pela sociedade. O que conta é o fato de que deixa de ser uma moça e passa a ser uma mulher. Tal mudança transparece mesmo na maneira como ela é recebida pela cidade: o edifício da escola recebeu novas cores, as colegas a esperavam ansiosas, a felicidade transbordava dos olhos de Maria do Carmo e uma mudança histórica havia sido declarada: a Proclamação da República. Talvez, nesse momento o narrador tenha optado por esse final a fim de dar crédito aos novos ares republicanos, que poderiam trazer mudanças significativas para a sociedade brasileira. A descrição da alteração da Escola Normal em que estudara a personagem atesta esse fato, pois é descrição positiva, visto que informa mudanças no sistema e para a melhoria do mesmo. (FANINI & MENDES, 2014, p. 195).

Embora as críticas de Fanini & Mendes ao final aparentemente feliz d'**A Normalista** procedam, temos que observá-lo sob um prisma mais amplo, uma vez que ao contrário do afirmado, não se pode ver a volta de Maria do Carmo à Escola Normal apenas como um símbolo de seu renascimento enquanto, agora, mulher, uma vez que a personagem está inserida em um contexto ainda similar ao do começo da narrativa, isto é, dependente financeiramente do padrinho, com quem permanece morando e este ponto é crucial para nos questionarmos se, de fato, o encerramento da obra pode ser julgado como “feliz”, apesar do noivado da jovem como Alferes Coutinho. Desta forma, enxergar Maria do Carmo como uma moça a quem a desgraça determinista, típica dos romances naturalistas, não a atingiu ou, ainda, como uma protagonista que se transforma “de menina ingênua a amante audaciosa” (ZILBERMAN, 2004, p. 83), torna-se uma perspectiva bastante redutora e que pouco parece verossímil, se considerado o enredo completo da obra caminhiana.

No tocante à obra **A Normalista**, Massaud Moisés (2016) a vê como semelhante, no tocante à trama, ao romance queirosiano **O crime do padre Amaro**. No entanto, afirma que Adolfo Caminha, ao contrário de Eça de Queirós, mantém uma narrativa com maior fundo de verossimilhança e crítica à hipocrisia da sociedade burguesa – brasileira, mais especificamente, cearense – do século XIX, fato este que se torna notório quando Maria do Carmo volta à Escola Normal, como estudante, e é bem-recebida pelas colegas que outrora a mal julgaram. Tal análise, senão é completa, por não aprofundar as relações sociais entre a protagonista e as demais personagens que a cercam, fornece uma criticidade maior, se comparada às apresentadas por Fanini, Fanini & Mendes e Zilberman.

Pôde-se ver, ao longo desse breve percurso teórico, tanto as concepções pedagógicas que balizaram o ensino no século XIX, quanto os estudos críticos que já foram realizados a respeito do romance aqui em análise. Percebe-se, desta forma, o quão a perspectiva de Caminha foi inovadora, ao trazer, para a óptica literária uma visão mais crítica acerca do trabalho docente feminino, afastando-o dos estereótipos típicos que o associavam à questão do gênero, trazendo uma forte crítica social, cujos reflexos podem ser, até hoje, discutidos e revisados.

Referências:

- CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. São Paulo: Martin Claret, 2011. p. 71; 146.
- FANINI, Angela Maria Rubel. **Os romances folhetim de Aluísio Azevedo: aventuras periféricas**. 339 f. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- _____ ; MENDES, Gabrielle. As significações do magistério nas obras *O coruja*, de Aluísio Azevedo, e *A normalista*, de Adolfo Caminha. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v. 06, n° 01, jan./jul. 2014. p. 195.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 136.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 443-81.
- MANACORDA, Mario Alighiero. A Educação nos Oitocentos. In: _____. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Monarco. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 325-73.
- MOISÉS, Massaud. Realismo (1881-1902). In: _____. **História da literatura brasileira, volume II: do Realismo à Belle Époque**. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 2016. p. 37-8.
- SAVIANI, Dermeval. Desenvolvimento das ideias pedagógicas leigas: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932). In: _____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. p. 127-8.
- SODRÉ, Nelson Werneck. O Naturalismo no Brasil. In: _____. **O Naturalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 158-200.
- VILELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 95-134.
- ZILBERMAN, Regina. Literatura e história da educação: representações do professor na ficção brasileira. **História da Educação**, ASPHE/FaE/ UFPel, Pelotas, n. 15, p. 83, abr. 2004.